

INSTRUÇÃO OPERACIONAL PADRÃO - IOP				
CÓDIGO:	01			
PROCESSO:	LICITAÇÃO E CONTRATOS			
ATIVIDADE:	CONTRATAÇÃO DIRETA			
SISTEMA UTILIZADO:	SEI MPPI	TEMPO PADRÃO:	00.00.00	
TAREFA: CONTRATAÇÃO POR DISPENSA - ART. 24, II LEI Nº8.666/93				
ODEDAÇÕES DA TAREFA				

1.0 Chefe da unidade/órgão solicitante, deve:

- 1.1. Autuar a demanda no sistema SEI; PGEA?
- 1.2. Elabora Estudos Preliminares da Contratação (quando a contratação o exigir);
- 1.3. Elaborar DOD documento de oficialização da demanda;
- 1.4. Elaborar Termo de Referência/Projeto Básico com base nos estudo preliminares da contratação (quando for o caso);
- 1.5. Submeter o DOD e Termo de Referência à aprovação do Ordenador de Despesas;
- 1.6. Realizar pelo menos 03 (três) pesquisas de preços conforme IN 65/2021;
- 1.7. Fazer MAPA de composição de preços para chegar no valor a ser contratado;
- 1.8. Juntar as pesquisas realizadas nos autos do processo;
- 1.9. Assinar todos os documentos que emitir;
- 1.10. Anexar:
- 1.10.1 Proposta da empresa (s) da empresa com sua respectiva validade;
- 1.10.2. Dados bancários da empresa;
- 1.10.3. Nome e matrícula do servidor que acompanhará contratação;
- 1.10.4 CPF, nome, telefone, e-mail e função do representante da empresa;
- 1.11. Assinar todos os documentos que emitir;
- 1.12. juntar checklist;
- 1.13. Enviar para a coordenadoria de licitações via SEI.

2.ANÁLISE DA CONTRATRAÇÃO

- 2.1. Receber o processo no sistema SEI, com toda a documentação produzida no item anterior;
- 2.2. Analisar toda a documentação apresentada pela unidade requisitante (estudos preliminares, termo de referência, DOD, mapa de preços);
- 2.3. Enquadrar na lei de licitações e atribuir número sequencial, por exercício, para a DISPENSA;
- 2.4. Juntar as certidões negativas da empresa que apresentou menor preço, exigidas pela lei 8666/93: FGTS, TRIBUTOS FEDERAIS E PREVIDENCIÁRIA, CNPJ e CONSOLIDADA TCU;
- 2.5. Solicitar parecer orçamentário e financeiro para cobrir a despesa em comento;
- 2.6. Redigir minuta de contrato/ordem de fornecimento, quando for o caso e juntar aos autos;
- 2.7 Juntar portaria da Comissão Permanente de Licitação, para comprovar a competência dos agentes responsável pela contratação;
- 2.8. Redigir e enviar ofício para Assessoria para Pareceres em Processos Licitatórios, para análise jurídica da minuta do contrato (quando existir e/ou valor da contratação for MAIOR que o limite previsto para dispensa −ART.24, II, LEI № 8.666/93);
- 2.9. Transferir procedimento de gestão administrativa para a Assessoria para Pareceres em Processos Licitatórios, caso haja contrato e/ou o valor seja superior ao limite da dispensa, ART.24, II, LEI № 8.666/93);



- 2.10. juntar checklist parte I;
- 2.11. Enviar os autos para a Controladoria Interna para emissão de Relatório de Auditoria acerca da legalidade da contratação (quando existir contrato e/ou quando valor for MAIOR que o limite previsto para dispensa –ART.24, II, LEI № 8.666/93);
- 2.12. Confeccionar autorização de empenho;
- 2.13. Submeter o despacho e autorização de empenho para assinatura do Ordenador(a) de Despesas;
- 2.14. Cadastrar procedimento no SIAFI (caso haja contrato);
- 2.15. Juntar extrato do cadastro do SIAFI e enviar para Coordenadoria de Contabilidade e Fianças emitir nota de empenho;
- 2.16. Enviar os autos para a Coordenadoria de Licitações e Contratos;
- 2.17. Caso não seja somente a nota de empenho: veja na obs. 2;
- 2.18. Confeccionar contrato (quando for o caso) conforme minuta constante no procedimento e a proposta do vencedor e submeter à assinatura do (a) ordenador de Despesas;
- 2.19. Realizar cadastro para usuário externo assinar o contrato via SEI (realizado com ajuda do gestor de SEI);
- 2.20. Observar que essa etapa de cadastrar usuário externo é quando houver contrato;
- 2.21. Fazer extrato contrato e publicar no DOEMPI;
- 2.22. Juntar publicação do extrato do contrato aos autos;
- 2.23. Solicitar à Secretaria Geral a emissão de portaria para de nomeação de fiscal para o respectivo contrato. Mesmo quando a contratação for apenas por nota de empenho, deverá ser solicitada emissão de portaria de fiscal;
- 2.24. Juntar portaria de fiscal nos autos;
- 2.25. Cadastrar contrato e publicação do seu extrato e portaria do fiscal no TCE-PI, 10 dias úteis da assinatura e publicação;
- 2.26. Juntar extrato de cadastro nos autos;
- 2.27. Enviar os autos para Assessoria de Gestão de Contratos cadastrar contrato (ou nota de empenho) e publicação do seu extrato (quando for o caso) e portaria do fiscal no TCE-PI (10 dias úteis da assinatura e publicação);
- 2.28. Publicar contrato (ou nota de empenho) no site MPPI, página de Licitações e Contratos, aba contratos;
- 2.29. Enviar os autos para setor requisitante iniciar procedimento de execução contratual;
- 2.30. Juntar checklist parte II.

OBSERVAÇÕES

- Obs. 1: Quanto ao MAPA de composição de preços para chegar no valor a ser contratado
 - Deve feita pesquisa prévia de preços, conforme IN 65/2021 e as cópias pesquisas devem constar nos autos (assinadas ou encaminhadas por e-mail no caso de propostas direto com fornecedor)?
 - A pesquisa prévia de preços segue os parâmetros da art. 5º da IN 65/2021.
- **Obs. 2:** Caso não seja somente a nota de empenho:
 - a) Juntar extrato do contrato e portaria de fiscal nos autos;
 - b) Enviar cópia do contrato ou nota de empenho por e-mail via sistema SEI para a unidade requisitante/fiscal e para a empresa vencedora signatária do respectivo contrato para início da entrega do bem ou prestação do serviço;



- c) Cadastrar contrato e publicação do seu extrato e portaria do fiscal no TCE-PI, 10 dias úteis da assinatura e publicação;
- d) Juntar extrato de cadastro nos autos;
- e) publicar contrato no site MPPI, página de Licitações e Contratos, aba contratos;
- f) enviar os autos para Assessoria de Gestão de Contratos iniciar procedimento de execução contratual.
- g) juntar checklist parte II

Obs. 3: PORTARIA PGJ/PI Nº 1621/2021 CLP "B" (Comissão Permanente de Licitação "B" do Ministério Público do Estado do Piauí para processar e julgar todas as CONTRATAÇÕES DIRETAS)

Obs. 4: Em caso de contratações sem contrato e/ou quando valor se enquadrar no limite previsto para dispensa −ART.24, II, LEI № 8.666/93, anexar publicação do ATO PGJ №1106/2021 aos autos.

EXECUTORES

- Chefe da unidade/órgão solicitante;
- Servidores da Assessoria de Compras;
- Assessor para programação orçamentária;
- Coordenador de contabilidade e Finanças;
- Servidores da Secretaria Geral do MPPI (em caso de formalização de contrato);
- PGJ/Ordenador de Despesa.

REQUISITOS

- Processo devidamente autuado no sistema SEI MPPI.
- Constar o DOD Documento de Oficialização da demanda assinado pela autoridade competente e pelo servidor responsável;
- Termo de Referência/Projeto Básico com base nos estudo preliminares da contratação (quando for o caso);
- Mapa de composição de preços;

INDICADORES DE PRODUTIVIDADE			
 Redução retrabalho com relação a analise DOD e TR 	100%		
 Conclusão do processo em até 25 dias 	100%		

RECURSOS NECESSÁRIOS

Computador com acesso à internet.

ANOMALIAS E AÇÕES

ANOMALIA

- Documentos sem assinatura
- Falta de documentos da empresa
- Falta de dados bancários
- Falta de validade da proposta
- Falta de assinatura da proposta
- Falta de cláusulas essenciais de contrato (vigência (se for o caso), sanções, prazos de recebimento definitivo e provisório
- Falta de adaptação de termos do TR pra aquisições por dispensa

AÇÃO

 Devolução do processo solicitando correções necessárias, por e-mail ou ofício dentro do Processo Sei;